



1 **ATA DA 561ª REUNIÃO PLENÁRIA DO CONRERP – 6ª REGIÃO.** Aos 29(vinte e nove) dias do mês
2 de novembro de 2023, reuniu-se às 18 horas, em formato híbrido (participantes presenciais na
3 sede do Conrerp6 e outros virtuais pela plataforma zoom), a diretoria eleita triênio 2022/2025,
4 para a 561ª (quingentésima sexagésima primeira) reunião ordinária plenária. Presenças: Antônio
5 Carlos Lago, Presidente; Bernardo De Felipe Junior, Tesoureiro; Conselheiros Efetivos: Mayra
6 Franceschi, Adriano Wambier. Conselheiras Suplentes: Maria José Oliveira, Cleamy de
7 Albuquerque, Abigail Cardoso. Delegadas: Tayana Fraxe (RR) Tassiana Baldissera, Mateus Pacheco
8 e Luciana Hage (PA) Gabriel Aranha, Assessor Jurídico e Tony Clébio Granjeiro, Auxiliar
9 Administrativo. **1. ABERTURA.** O Presidente deu as boas-vindas aos participantes, comentou que
10 essa é a nossa última reunião do ano, que será uma reunião curta, mas bem objetiva e muito
11 positiva, e passou para o cumprimento da pauta. **2. APROVAÇÃO DA ATA 560ª de 18/10/2023.** A
12 ata foi encaminhada para os Conselheiros presentes sendo aprovada e publicada no site. **3.**
13 **TESOURARIA.** O Presidente em seguida passou a palavra para o Tesoureiro Bernardo De Felipe
14 Junior, que relatou os dados financeiros atuais. **a) Saldo em Conta Corrente:** R\$ 12.150,56 (doze
15 mil cento e cinquenta reais e cinquenta e seis centavos), **b) Aplicação:** R\$ 138.736,26 (cento e
16 trinta e oito mil, setecentos e trinta e seis reais e vinte e seis centavos) **c) Saldo total:** R\$
17 150.886,82 (cento e cinquenta mil, oitocentos e oitenta e seis reais e oitenta e dois centavos). O
18 Tesoureiro esclareceu que estamos com um saldo para chegarmos no final do ano com uma certa
19 folga. Essa folga se dar em função de nós deixamos de pagar a contribuição de 25% ao Conferp
20 devido o Conrerp6 em anos anteriores passar muito apertado e para chegarmos no final do ano
21 tivemos que até lançar a mão de empréstimo da ABRP/DF e pagamento antecipado de alguns
22 conselheiros. Nós fizemos o pagamento de 10% a título de cota parte ao Conferp do ano de 2022,
23 e solicitamos uma Anistia dos outros 15%. E também uma Anistia do ano de 2023, para que no ano
24 que vem a gente consiga pagar mês a mês os 25% de contribuição da cota parte que estamos
25 devendo. O Tesoureiro comentou que estamos na expectativa de que o Conselho Federal vai
26 entender e aprovar a nossa proposta. Pode ser que eles apresentem alguma outra contraproposta
27 e a gente vai estudar. **3. Administrativo: a) Aprovação da Resolução Normativa N° 02/2023, de**
28 **29 de novembro de 2023, que contém o Regimento Interno do Conselho Regional de**
29 **Profissionais de Relações Públicas - Conrerp6:** O Presidente prosseguiu informando que,
30 considerando que o nosso regimento interno foi encaminhado para aprovação do Conferp
31 anteriormente em outra gestão, na ocasião que o Bernardo foi Presidente e que em junho de 2021
32 foi enviado novamente com a mesma proposta e como não recebemos resposta do Conselho
33 Federal, foi reiterado resposta em maio de 2022, permanecemos sem resposta. Pela falta de
34 manifestação do Conselho Federal (silêncio administrativo), o Presidente informou que o
35 Regimento passou por uma atualização pela diretoria executiva e pelo nosso jurídico que após
36 seus ajustes e orientações, o documento foi finalizado e encaminhado para o nosso Conselheiro
37 Adriano, Coordenador da Comissão de Comunicação para ativar os links permitindo que todos
38 possam acessar, se informar e consultar tudo que citamos nosso regimento e diz respeito a
39 Legislação do Conselho Federal. O Presidente informou que a Resolução Normativa N° 02/2023,
40 de 29 de novembro de 2023, que contém o Regimento Interno do Conselho Regional de
41 Profissionais de Relações Públicas está aprovada e que assim que o Adriano Wambier, concluir os
42 ajustes de publicação será encaminhado para os Conselheiros tomarem conhecimento e caso
43 alguém tenha alguma consideração para fazer, na nossa primeira reunião do ano de 2024, iremos
44 ajustar e se todos estiverem de acordo será publicado no nosso site. O Presidente informou ainda,
45 que iremos dar conhecimento por ofício ao Conselho Federal sobre a aprovação do nosso
46 regimento e que as devidas providências estão sendo tomadas para a implementação e execução
47 das medidas contidas no nosso regimento. **b) Conselho Consultivo:** O Presidente continuou
48 esclarecendo que baseado nas orientações jurídicas, ele como Presidente, o Bernardo como
49 Tesoureiro e a Tatiana como Secretária-Geral resolveram criar um Conselho Consultivo onde
50 vamos selecionar alguns colegas das regiões que podem ser relações públicas, *empresários,*
51 *políticos e pela indicação de Conselheiros.* O Presidente vai baixar uma Portaria que já foi
52 *minutada pelo nosso jurídico criando a Comissão Consultiva para colaborar nas iniciativas do*
53 *Conselho nos Estados.* A proposta é criar através de Portarias específicas, Conselhos Consultivos



54 nas áreas política, de educação, de eventos e assim dependendo da necessidade. O Presidente
55 lembrou que o próximo Congresso Interamericano de Relações Públicas, será realizado na cidade
56 de São Paulo, de 24 a 26 de setembro 2025 e que certamente vamos necessitar deste apoio
57 político e o Conselho Consultivo será estratégico. A iniciativa certamente poderá ser estendida
58 para os demais Conrerps e o próprio Conferp. **C) Curso Análogo de Relações Públicas:** O
59 Presidente falou que já vinha trabalhando nessa questão há muito tempo internamente e que já
60 falamos sobre isso. O curso foi criado na gestão anterior do Conselho Federal, mas demoraram
61 muito a criar a comissão para analisar os pedidos de registros considerados análogos. O Presidente
62 esclareceu que até hoje apenas dois cursos análogos foram analisado pelo Conselho Federal o do
63 Paraná e de São Paulo. Lembrou que nós em fevereiro de 2023 encaminhamos para análise do
64 Conselho Federal a documentação de solicitação do registro de uma aluna do curso de
65 Comunicação Organizacional da UnB e até hoje não recebemos resposta oficial. Reiteramos
66 retorno em 05/04/2023 e a única resposta que recebemos por parte do Conselho Federal foi que,
67 "a documentação está sendo analisada pela Comissão de Notáveis". O Presidente comentou que,
68 a saída novamente foi buscar um amparo legal e que o Jurídico representado pelo Gabriel Aranha,
69 orientou que o Connerp6 poderá baixar uma **Portaria** criando uma comissão para analisar os
70 pedidos de registros considerados análogos na nossa jurisdição. O Presidente informou que irá
71 criar nossa própria comissão e que não quer depender da comissão do Conselho Federal,
72 considerando que nós estamos aguardando a 10 (dez) meses, essa decisão e que até o momento
73 não veio. O Presidente comentou que nós não podemos ficar esperando por eles mais tempo e
74 que estamos perdendo registrados aqui em Brasília por conta dessa demora do Federal. O
75 Presidente considera necessário solucionar essa questão e a saída é baixar essa portaria. O
76 Presidente falou ainda, que assim que tivermos o acordo dos Conselheiros, ele irá assinar no
77 primeiro dia útil de janeiro de 2024, tanto o Regimento Interno como a portaria do Conselho
78 Consultivo e a Portaria da Comissão para análise do curso Análogo de Relações Públicas da nossa
79 jurisdição. **d) Dia Nacional das Relações Públicas, 02/12/2023:** O Presidente continuou
80 comentando sobre a comemoração no dia 02/12, sendo sugerido organizar algum evento. Foi
81 solicitado que cada delegado e conselheiro desse uma olhada e ver a possibilidade em seus
82 estados onde fosse possível realizar algum evento que poderiam contar com o apoio do Connerp6.
83 **e) Recesso Fim de Ano -** O Presidente informou que foi definido o recesso de Natal e Ano Novo
84 que vai ocorrer de 21 de dezembro a 14 de janeiro, e que a nossa primeira reunião no próximo
85 ano vai ser em fevereiro de 2024. Vamos aguardar todo mundo voltar. O Presidente pediu para o
86 Conselheiro Adriano Wambier para fazer um card sobre o Dia Nacional do RP e um outro sobre o
87 recesso de final de ano para publicar no site e nas redes sociais. **4) Assessoria Jurídica: a)**
88 **Fiscalização e Processo Tributário Administrativo - PTA:** O Presidente comentou sobre a presença
89 do assessor jurídico, Gabriel Aranha que deu início no trabalho de Recuperação de Crédito, com
90 muito resultado. O Presidente esclareceu que após as tratativas legais, o Gabriel no momento está
91 apenas como assessor jurídico, trabalhando em dois trabalhos que é a questão da recuperação de
92 crédito que é uma parceria que ele tem com o Dr. Maurício que é quem faz toda a nossa cobrança
93 e a questão da fiscalização. O Presidente enfatizou que agora vamos dar início no processo
94 tributário administrativo que é mais uma forma que a gente tem de cobrar os colegas e colocar
95 mais recursos dentro do Connerp6. Em seguida o Presidente pediu para o Sr. Gabriel Aranha
96 explicar melhor sobre os assuntos da pauta que corresponde a assessoria jurídica. Assim, o Gabriel
97 Aranha, Assessor Jurídico do Connerp6, iniciou agradecendo ao Presidente pela introdução e
98 comentou que quando analisou a situação do Conselho viu que era calamitosa e que por falta de
99 verba não conseguia arrecadar. Então foi feito um contrato emergencial para buscar uma
100 recuperação para tentar fechar as contas do ano e após isso iniciou um trabalho de levantamento
101 da própria situação jurídica institucional. Gabriel Aranha falou que verificou que a grande
102 dificuldade da tesouraria e da presidência foi essa deficiência de procedimentos internos
103 dificultando até mesmo a própria gestão do Connerp6, e que considera isso uma omissão do
104 próprio Conselho Federal para colocar em prática suas funções. Então o que encontrou foi esse
105 cenário de causa administrativo por falta de procedimentos que a seu ver e também é o
106 posicionamento do jurídico do Connerp2 de São Paulo que considera um dever do próprio



107 Conselho Federal. O Assessor lembrou que os Conrerps e o Conferp são um sistema, que não é
108 uma associação, mas é um órgão da administração indireta, que têm mais deveres do que direitos,
109 como agentes da administração indireta. O Senhorr Gabriel Aranha comentou que a primeira coisa
110 que foi feito, foi criar a comissão de atualização das normas do próprio Conrerp6 e dessa
111 comissão nasceram a instrução normativa e a resolução normativa com os procedimento de
112 cobrança, essencial para o Conrerp6. Frisou que sem verba não consegue fazer muita coisa e
113 nessas normativas de cobranças foram colocados dois objetivos centrais: O primeiro, foi do
114 entendimento de que a cobrança não é uma escolha, pagamento da anuidade não é uma escolha
115 não é uma liberalidade do registrado, mas uma imposição legal. E que o Conselho Regional
116 independente de quem seja a presidência, o tesouro, conselheiro tem o dever de fazer essa
117 arrecadação, sobre pena de improbidade administrativa. O Assessor Gabriel falou que são várias
118 as consequências legais no caso dessa omissão e o grande princípio do que foi criado, nesse novo
119 procedimento de cobrança foi o da conciliação que é outra situação que também encontrou.
120 Informou que são aproximadamente 70 execuções fiscais que tem no Conrerp6 que foi passando
121 de jurídico para jurídico, são execuções que ficaram paralisadas e muito provavelmente os
122 débitos já prescreveram. O Assessor Jurídico, considera que é um problema da administração
123 pública como todo, por este motivo foi criado esse procedimento de como tentar recuperar esse
124 crédito e ver quais são as falhas do sistema e quais são os porquês que os profissionais não pagam
125 e tentar ao máximo recuperar esse crédito de forma extrajudicial de forma administrativa e que
126 possamos ter uma segurança jurídica. Comentou que estamos com um resultado muito
127 interessante e que percebeu mesmo que foi essa omissão do Conselho Federal de criar normas,
128 porque hoje por exemplo nas cobranças a grande dificuldade que a gente encontra é não poder
129 conceder desconto e não poder reduzir juros e multas e que isso é uma prerrogativa do Conselho
130 Federal enquanto outros conselhos fazem isso, o Conrerp6 e os outros Conrerps ficam atados
131 porque não tem isso na normativa do Conselho Federal e temos que seguir a Lei do Federal. Falou
132 que conversou ainda sobre cobrança com o Tribunal Regional para fazer uma parceria com eles
133 de sessões de conciliação e que ainda está construindo. E Isso foi antes da própria resolução do
134 CNJ que falou que os conselhos de administração pública deve hoje buscar formas de conciliação
135 para aumentar arrecadação. Comentou que a quantidade de execuções fiscais são absurdas e as
136 varas federais, infelizmente não conseguem dar conta. O Sr Gabriel Aranha comentou que não
137 tem muito o que ser feito, sem verbas não tem como fiscalizar sem conseguir arcar com os custos
138 da fiscalização, principalmente de um conselho que tem tantos estados como jurisdição. O Sr
139 Gabriel continuou explicando sobre o processo administrativo tributário e que está seguindo o
140 passo a passo criado, pela resolução normativa e a instrução normativa. Iniciou falando da
141 atualização cadastral que foi algo que viu que é bem sensível no Conrerp6, principalmente nos
142 estados do norte, que os profissionais foram transferidos para o Conrerp6, e que alguns e-mails,
143 telefones e endereços estavam desatualizados. Comentou que vamos fazer esse levantamento
144 cadastral e tentar de todas as formas antes de iniciar os procedimentos administrativos e depois a
145 execução fiscal tentar fazer essa arrecadação de cobrança judicial pelos setores de cobranças que
146 foi recentemente criado. Neste momento depois de um tempo dessas cobranças que teve um
147 resultado bem promissor, a gente está iniciando, ainda essa semana a instauração dos processos
148 tributários administrativos que é o próximo passo e é um dever, da própria administração pública
149 para tentar arrecadar aquilo que é caracterizado tributo. Gabriel falou que o Conrerp6 vai
150 instaurar esses processos administrativos, notificar todos os registrados a dar outra oportunidade
151 para pagamentos, abrir espaço para defesa e depois fazer a inscrição desses débitos no Cadin e na
152 dívida ativa e terminado o Processo Tributário Administrativo, iremos entrar com as fiscais. A
153 delegada do MS - Tassiara Camatti, indagou se é correto o Conrerp6 fazer a instituição desse
154 processo administrativos e fazer o acerto com negociação independente do Conferp. O Assessor
155 Jurídico Gabriel Aranha, respondeu que Sim, porque a arrecadação cabe aos regionais. Enfim.
156 Quem tem que resgatar são os regionais o grande problema que a gente viu é que o Federal não
157 baixa normativas para facilitar essa arrecadação pelos regionais. Então, às vezes você tem
158 profissional que está devendo cinco anos, quer pagar à vista, com desconto e a gente não pode
159 conceder esse desconto. Porque só os conselhos federais podem anistiar débito e conceder



160 desconto. O máximo que a gente consegue fazer é dar no mínimo cinco parcelas, para a pessoa
161 parcelar que é o previsto em lei. O Assessor Jurídico Gabriel Aranha esclareceu que está
162 estudando alguma forma de tentar encontrar uma lacuna Legislativa para o Regional conseguir dar
163 esse desconto com fundamentação baseado novamente nessa tese do silêncio administrativo
164 muito recorrente no sistema. O Assessor Jurídico, seguiu a pauta e falou sobre a fiscalização, que
165 é uma demanda que veio da presidência devido durante o processo de cobrança tivemos muito
166 retorno dos registrados questionando que o Conrerp6 não está presente no interior da região
167 norte. O Jurídico enfatizou que a fiscalização de fato e com a ajuda de todos os conselheiros que
168 vivem a profissão no dia a dia vai aproximar os registrados. Falou, que temos dois tipos de
169 fiscalização: **A fiscalização passiva**, que é aquela que o próprio registrado envia ao Conrerp6
170 alguma denúncia e **a fiscalização ativa**, que seria de fato, irmos para os locais, visitando as grandes
171 empresas de comunicação de cada estado para ver se todo mundo está registrado e tomar todas
172 as medidas que são pertinentes e que são cabíveis. Para esse momento a gente precisa normatizar
173 a fiscalização no âmbito Regional. Explicou que nada adianta ter normativas federais porque
174 cada regional tem uma realidade. Considera que todas essas normativas do Conselho Federal
175 deveria dar princípios gerais para o sistema e através desses princípios cada Regional aplicar
176 aquilo de acordo com a realidade da sua região. O Jurídico acha que para o Conrerp6 seria
177 interessante ouvir de cada Conselheiro eventualmente por e-mail como que acham que essa
178 fiscalização ativa por parte do Conrerp poderia acontecer, dividir em regiões, colocar visitas
179 ativas de conselheiros e delegados. Sugeriu pegar três estados e indicar um responsável para
180 fiscalizar ativamente essa região porque a impressão que ele tem um pouco do campo jurídico, é
181 que quando os registrados começarem novamente ver a presença concreta objetiva do Conrerp6 a
182 própria inadimplência vai cair. Falou da oportunidade de colocar o Conrerp6 como exemplo
183 dentro dos conselhos, mesmo o conselho que não tem um grande orçamento, mas que naquilo
184 que consegue efetivamente ter resultados concretos no dia a dia da profissão, no dia a dia da
185 fiscalização das atividades de relações públicas. O Presidente seguiu comentando sobre o assunto
186 que possivelmente isso deve ser compartilhado com os demais regionais como nós estamos
187 fazendo para que o sistema realmente funcione. Falou que acha muito importante a sugestão do
188 jurídico pedir que os conselheiros e delegados entrem em contato direto com Gabriel e passe as
189 sugestões deles e as críticas que tiverem sobre a questão da fiscalização. O Presidente comentou
190 que cada região tem uma realidade e que depois vamos alinhando tudo que chegar de sugestões
191 para o jurídico e trabalhar em cima da resolução normativa sobre fiscalização e não continuar
192 dependendo do Conselho Federal. O Presidente aproveitou a oportunidade e comentou que está
193 buscado o entendimento com o Carlos Muller Presidente do Conselho Federal e que chegou num
194 acordo com ele para ser o representante do Conferp nas reuniões do Conselho, que é o Fórum
195 dos Conselhos Federais. Falou que ontem (28/11) participou da reunião e pode observar que
196 perdemos algumas ações por ausência do Federal nessas reuniões e que agora estamos nos
197 integrando estamos conversando com os demais conselhos federais, que está acompanhando o
198 que acontece nos demais conselhos e ficou de enviar para os Conselheiros, os presidentes dos
199 regionais e também para o Presidente do Conferp um resumo do que foi falado nas reuniões. O
200 Presidente na oportunidade conversou com Carlos Muller e perguntou para ele quando que iria
201 ter reunião do Federal este ano. Ele falou que não sabia. O Presidente sugeriu para programar
202 uma reunião para março e assim, voltar a conversar com todos do Sistema. O Presidente falou
203 das diferenças regionais, mas que somos um sistema e que os Presidentes Regionais estão
204 juntos e abertos para esse diálogo visando buscar soluções dentro da Lei. O Presidente seguiu
205 nos informes e registrou que recebemos na sede do Conrerp a visita do Aloísio Júnior, Presidente
206 do Conrerp2. Informou que estamos numas ações paralelas, que certamente isso vai fortalecer a
207 nossa experiência com relação a cobrança e fiscalização que estão sendo repassado para os
208 demais conselhos. Falou também, que iremos implementar a partir do ano que vem
209 provavelmente uma ajuda de custo para os Conselheiros e também a possibilidade de aprovar
210 cartões corporativos, mas que será tudo normatizado conforme orientações do jurídico. Falou que
211 no próximo ano pretende de certa forma ampliar este tipo de apoio aos delegados e conselheiros.
212 Informou que o Conrerp6 vai ter um novo delegado no Maranhão, o profissional Luiz Fernando de



213 Souza Coelho, (ESMAM/TJMA), registro 1979, que será nomeado em dezembro e que já temos
214 uma sede garantida que foi cedido pelo estado e será utilizada em conjunta com a ABRP/MA e as
215 despesas compartilhada. No acordo conversado com a nova diretoria da ABRP, o Conrerp6 ai
216 assumir o pagamento do Condomínio e as demais despesas será da Associação. A Conselheira
217 Mayra Franceschi pediu a palavra para parabenizar por essa iniciativa e ainda comentou que
218 concorda com o assessor jurídico Gabriel Aranha quando disse que um conselho presente já
219 minimiza por si só a questão da inadimplência e que é inconcebível na cabeça de um assistente
220 social, de um médico não pagar conselho, porque é uma prática obrigatória. Mayra comentou que
221 a gente precisa realmente desmistificar essa questão e lembrou das questões polêmicas de Mato
222 Grosso do Sul mas precisamente sobre a Secretaria de Governo do Estado de Mato Grosso do Sul.
223 A Conselheira Mayra Franceschi pediu uma indicação de como proceder e que seria melhor se
224 tivéssemos alguns minutos para discutir essa questão numa reunião de vídeo para que o Jurídico
225 do Conrerp6 possa tomar conhecimento já que o Conrerp tem toda documentação sobre o caso. O
226 Presidente falou que já encaminhou o assunto para São Paulo, falou que a Mayra pode combinar
227 com Gabriel Aranha para fazemos uma reunião após manifestação do Conrerp2. Mayra
228 Franceschi frisou que é muito importante a gente conversar nesse término de ano, para depois já
229 iniciarmos o ano e que na reunião vai falar sobre uma pessoa que assumiu recentemente a
230 superintendência de cerimonial e que está começando como relações públicas na governadoria
231 junto com o setor de marketing do governo e que também precisa começar a conversar com ela
232 para essa regularização. O Presidente ficou de combinar com o Presidente do Conrerp2 e com o
233 Gabriel Aranha. Mayra Franceschi ficou de resgatar o e-mail que já tem todo o assunto e irá
234 pontuar e enviar para todos e vai propor um horário para reunião. Mayra falou ainda de um
235 segundo assunto que considera muito interessante, falou que ela participa de um grupo de
236 WhatsApp com a anuência do Presidente, ela representa a presidência já que a presidência não é
237 do estado, fica em Brasília e eles montaram agora um Fórum para discussão da Rota bioceânica e
238 o papel de cada conselho de cada profissão. O Presidente sugeriu para Mayra continuar no
239 grupo juntamente com a Tassiara nos representando e repassar as informações. A Delegada do
240 Pará Luciana Hage pediu para falar que conseguiu fazer uma solicitação de pedido de sessão de
241 uma sala para a delegacia no órgão chamado Serviço Geológico do Brasil. Informou que a
242 delegacia vai ter uma sala que possivelmente quem sabe poderá aprofundar melhor essas
243 parcerias com o governo. Comentou que essa conquista é muito mais do Presidente do Conrerp6
244 com Alan Pereira que é um parceiro e amigo do Presidente Lago. O Presidente comentou que
245 esse espaço que a gente está conseguindo vai ajudar avançar na criação da ABRP/PA. A delegada
246 Luciana Hage, ficou de visitar a sala para ver se tem estrutura com mobiliário e computador. A
247 delegada de Mato Grosso do Sul, Tassiara Camatti pediu para tirar uma duvida sobre as questões
248 do registro do CNPJ porque ela quer registrar a sua empresa de eventos, mas O Presidente pediu
249 para o jurídico dar uma pesquisada nessa demanda. **5. Processos para avaliação: 1997/2023 –**
250 **Lutiana Casaroli - Solicitação de Registro Profissional (GO); 1998/2023 – Márcia de Cássia dos**
251 **Santos Lopes- Solicitação de Registro Profissional (PA); 1999/2023 – Mariana Carareto- Solicitação**
252 **de Registro Profissional (GO), 2000/2023 – Marcelo Gutterres Giordano, Solicitação de Registro**
253 **Profissional (MA),2001/2023- Simone Soares Dias - Solicitação de Cancelamento de Registro**
254 **Profissional (DF),2002/2023 - Nathalia Macedo Martins Diniz - Solicitação de Cancelamento de**
255 **Registro Profissional (DF), 2003/2023- Telmo Octavio Veríssimo Conconi - Solicitação de Baixa por**
256 **Aposentadoria(GO) 2004/2023- Leandro Amado Burnett- Solicitação de Registro Profissional (MA)**
257 **2005/2023 - Priscila de Lourdes Silva Dias_ Solicitação de Registro Profissional (MA) 2006/2023-**
258 **Izabela dos Santos- Solicitação de Registro Profissional (MA) 2007/2023-Anderson Achillys Fontes-**
259 **CANCELAEMNTO DE REGISTRO- (MA) 2008/2023-Janaina Edith Cabral-- CANCELAEMNTO DE**
260 **REGISTRO- (DF). Todos os processos foram aprovados. O Tesoureiro Bernardo comentou que**
261 **temos pela primeira vez neste ano 13 processos, sete solicitações de registros e cinco**
262 **cancelamentos de profissionais que pediram a baixa temporária e um, o processo 2002/2023-**
263 **Nathalia Macedo Martins Diniz que foi indeferido porque a nossa colega não apresentou todos os**
264 **documentos. O Tesoureiro comentou sobre os Processos Administrativos Tributários que o**
265 **jurídico comentou, que estamos dando início nos primeiros Processos ainda este ano, antes que o**



266 ano vire porque senão a gente perde o ano de 2018, e com cinco anos essa dívida prescreve,
267 então alertado pelo jurídico, nós estamos acelerando para entrar com os Processos antes da
268 virada do ano. Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a presença de todos e
269 parabenizou os delegados e Conselheiros e comentou que alguns colegas do Sistema estão
270 elogiando a nossa atuação e que o nosso grupo é muito legal. Comentou que considera que isso
271 tudo é sobre nossa amizade e respeito que temos um pelo outro. Eu Antonio Carlos Lago -
272 Presidente aos 29 (vinte e nove) dias, lavrei a presente ata que vai assinada por mim e os demais
273 presentes.

274 Antônio Carlos Lago - Presidente

275 Bernardo De Felipe Junior - Tesoureiro

276 Adriano Wambier - Conselheiro Efetivo

277 Mayra Franceschi - Conselheiro Efetivo

278 Cleamy de Albuquerque - Conselheira suplente

279 Maria José Oliveira - Conselheira suplente

280 Abigail Cardoso - Conselheira suplente

281 Delegadas: Tayana Fraxe (RR); Tassiara Baldissera (MS), Mateus Pacheco(AM)

282 Luciana Hage(PA)

Observação: Esta é uma versão eletrônica. A ata original e assinada está disponível na sede do Conrerp 6ª Região, em Brasília.